

CONTRATO-PROGRAMA N° 928/2025

**Realização das atividades do Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar inscrito no
Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas**

Entre: ____

Município de Oeiras, pessoa coletiva de direito público número 500.745.943, com sede no Largo Marquês de Pombal, em Oeiras, representado por **Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves**, com domicílio necessário no edifício dos Paços do Município, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal, cujos poderes lhe são conferidos por delegação de competências efetuada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos do Despacho número 78/2025 de 18 de novembro, adiante designado como **MUNICÍPIO** ou **PRIMEIRO OUTORGANTE**; ____

E ____

TECHARI – ASSOCIAÇÃO NACIONAL E INTERNACIONAL CIGANA, instituição de direito privado sem fins lucrativos, com o número de pessoa coletiva 515803405 e sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes n.º 12, 2680-115 Camarate, neste ato representado por **José Fernandes**, portador do cartão de cidadão número [REDACTED] e por **Diogo Rúben Rosa Fernandes**, portador do cartão de cidadão número [REDACTED] ambos emitidos pela República Portuguesa e com domicílio profissional na sede da sua representada, que outorgam nas qualidades de Presidente e Vice-Presidente da Direção, respetivamente, cujos poderes verifiquei pela consulta do artigo 6º, nº 4 dos Estatutos, publicados no Portal do Ministério da Justiça em 07/01/2020 e pela Ata número sete da Assembleia Geral realizada a 09/01/2024 que relegeu os órgãos sociais para o quadriénio de 2024/2028, cujas cópias arquivo, adiante designada por **“TECHARI”** ou **SEGUNDO OUTORGANTE**. ____

Considerando que: ____

- a) O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) identifica na sua Componente 3 – Respostas Sociais, o investimento “Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto”; ____
- b) O PRR estabelece que a operacionalização deste investimento seja concretizado no âmbito da contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas, tendo-se celebrado neste âmbito em dezembro de 2021 o contrato entre a AML e a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” (EMRP) no âmbito do Investimento RE-C03-i06 “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto” Subinvestimento RE-C03-i06.02 “Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa; ____
- c) O Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas constitui a proposta da AML para a operacionalização das Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa, a financiar pelo PRR e suportada nos princípios de subsidiariedade, transparência e prestação de contas, parceria e orientação para resultados; ____
- d) O Município de Oeiras é o Beneficiário Final Líder da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas; ____
- e) Na sequência da candidatura AVISO N.º 02/C03-i06.02/2022, 2.ª Fase o Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas foi aprovado pela Área Metropolitana de Lisboa e foi celebrado um contrato de financiamento entre a Área Metropolitana de Lisboa e o Município de Oeiras para a realização do projeto. ____
- f) A TECHARI – Associação Nacional e Internacional Cigana foi identificada no Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas como Parceiro Executor do Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar. ____
- g) O Decreto-Lei n.º 29-B/2021 de 4 de maio estabelece o modelo de governação dos fundos europeus atribuídos a Portugal através do Plano de Recuperação e Resiliência. ____
- h) A Portaria n.º 53-A/2022 de 24 de janeiro estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). ____

i) A Portaria n.º 193/2021 de 15 de setembro estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR). ____

j) A Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro estabelece as competências materiais dos Municípios. ____

É acordado e livremente celebrado o presente Contrato-Programa para realização das atividades do Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar inscrito no Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas, de acordo com a Proposta de Deliberação n.º 1034/2025, aprovada em reunião da Câmara Municipal de Oeiras em 12/11/2025, que se rege pelas condições e cláusulas seguintes: ____

CLÁUSULA 1.ª

Objeto do Contrato Programa

1. Constitui objeto do presente contrato-programa o apoio do Segundo Outorgante ao Primeiro Outorgante para a realização das atividades do Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar inscrito no Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas. ____

2. O apoio a prestar pelo Segundo Outorgante contempla a alocação de quatro mediadores/facilitadores em duas escolas do Agrupamento de Carnaxide-Portela - Escola Amélia Vieira Luís e Escola Sophia de Mello Breyner, dois mediadores/facilitadores por cada escola, de modo a promover a importância e valorização da escola para a vida ativa das crianças, bem como para a sua inclusão no mercado de trabalho; favorecer a integração de crianças das comunidades ciganas na escola; bem como facilitar a relação família-escola e contribuir para a melhoria da mesma. ____

3. As atividades a realizar pelo Segundo Outorgante decorrerão, entre 01 de novembro de 2025 e 31 de dezembro de 2025. ____

CLÁUSULA 2.ª

Financiamento

1. O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante para a realização das atividades previstas na cláusula anterior **a verba de € 13 800 (treze mil e oitocentos euros)**, sujeito a apresentação documentos necessários à verificação dos custos reais e ao acompanhamento e controlo das atividades contratadas, nos seguintes termos: ____

PLANEAMENTO FINANCEIRO E TEMPORAL				
	2023	2024	2025	Total
Ações Sensibilização e Prevenção	0,00€	0,00€	13 800,00€	13 800,00€

1. A verba suprarreferida será inscrita em rubrica anual do orçamento municipal nos seguintes termos:
 - a) Ano de 2025: € 13 800,00 (treze mil e oitocentos euros). ____
2. O montante financeiro referido supra será pago da seguinte forma: ____
 - a) No ano de 2025: ____
 - i) € 13 800 (treze mil e oitocentos euros), com a assinatura do contrato-programa; ____
3. Poderão existir ajustes financeiros no valor final a transferir, decorrentes designadamente da não execução integral das atividades contratualizadas e conforme definidas no Plano de Ação da Operação Integrada Local, pelo que os acertos de financiamento serão efetuados aquando da conclusão do projeto. ____
4. O encargo resultante do presente contrato será integralmente satisfeito pela dotação orçamental seguinte: classificação orgânica: 02-Câmara Municipal, classificação económica: 040701-Instituições sem fins lucrativos, ao qual foi atribuída a ficha de compromisso com o número sequencial 1982253, emitida em 21/11/2025. ____

CLÁUSULA 3.^a

Obrigações do Primeiro Outorgante

1. Constituem obrigações do Primeiro Outorgante: ____

a) Implementar e coordenar a realização do projeto em parceria com o Segundo Outorgante, de acordo com o planeamento definido no Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas; ____

b) Definir e articular com o Segundo Outorgante a organização das atividades; ____

c) Assegurar a verificação da realização das atividades e o cumprimento integral das disposições legais aplicáveis em matéria de Contratação Pública e igualdade de oportunidades e de género; ____

d) Monitorizar verificar a implementação, e avaliar a implementação das atividades; ____

e) Assegurar e proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como Orientação Técnica n.º 5/2021, de 24 de agosto, emitida pela EMRP, designada por “Guia de Informação e Comunicação para os Beneficiários do PRR”, o Beneficiário Final deve dar cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativamente à origem do financiamento; ____

f) Dispor de um processo relativo às atividades desenvolvidas, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes às atividades; ____

g) Respeitarem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os Beneficiários Finais e os seus parceiros e os seus fornecedores ou prestadores de serviços; ____

h) Garantir o cumprimento do princípio do Não Prejudicar Significativamente “Do No Significant Harm” (DNSH), não incluindo atividades que causem danos significativos a qualquer objetivo ambiental na aceção do Artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da

Taxonomia da UE) e assegurando o cumprimento da legislação ambiental aplicável a nível nacional e da União Europeia. ____

CLÁUSULA 4.ª

Obrigações do Segundo Outorgante

1. Constituem obrigações do Segundo Outorgante: ____

a) Implementar e realizar as atividades incluídas nos projetos e descritos na cláusula 1ª e as suas atividades em parceria com o Primeiro Outorgante, de acordo com o planeamento definido no Plano de Ação da Operação Integrada Local e nos termos e condições aprovadas; ____

b) Definir e articular com o Primeiro Outorgante a organização das atividades; ____

c) Assegurar a verificação da realização das atividades e o cumprimento integral das disposições legais aplicáveis em matéria de Contratação Pública e igualdade de oportunidades e de género; ____

d) Proceder à publicitação dos apoios, em conformidade com o no n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro, que criou o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, bem como Orientação Técnica n.º 5/2021, de 24 de agosto, emitida pela EMRP, designada por “Guia de Informação e Comunicação para os Beneficiários do PRR”, o Beneficiário Final deve dar cumprimento aos requisitos de informação, comunicação e publicidade relativamente à origem do financiamento; ____

e) Permitir o acesso aos locais de realização das atividades, bem como aos locais onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo das atividades contratadas a efetuar pelas entidades com competência para o efeito no âmbito do PRR; ____

f) Conservar os documentos relativos à realização das atividades, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de cinco anos a contar do pagamento do saldo ou, na falta de tal pagamento, a contar da transação. Este período é de três anos se o valor do financiamento for inferior ou igual a 60 000€; ____

- g) Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas; ____
- h) Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação; ____
- i) Assegurar o fornecimento de elementos necessários às atividades de monitorização e de avaliação das operações e participar em processos de inquirição relacionados com as mesmas, designadamente: ____
- §) apresentar relatórios de execução técnica trimestrais, acompanhados de evidências do trabalho realizado e dos indicadores contratualizados; ____
- §§) apresentar relatórios de execução financeira semestrais, acompanhados dos respetivos comprovativos; ____
- j) Adotar comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre os Beneficiários Finais e os seus fornecedores ou prestadores de serviços; ____
- k) Garantir o cumprimento do princípio do Não Prejudicar Significativamente “Do No Significant Harm” (DNSH), não incluindo atividades que causem danos significativos a qualquer objetivo ambiental na aceção do Artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da Taxonomia da UE) e assegurando o cumprimento da legislação ambiental aplicável a nível nacional e da União Europeia. ____

CLÁUSULA 5ª

Subcontratação

O Município de Oeiras não se relaciona com quaisquer subcontratantes que o Segundo Outorgante venha a contratar visando o cumprimento das obrigações que decorrem do presente protocolo. ____

CLÁUSULA 6.ª

Monitorização

Sem prejuízo de outros mecanismos de acompanhamento e controlo que venham a ser adotados, o acompanhamento e a verificação das atividades incluídas no projeto e descritas na cláusula 1.º do projeto serão efetuados nos seguintes termos: ____

a) Verificações administrativas relativamente à documentação das atividades do projeto, aos relatórios de progresso físicos e financeiros, designadamente os previstos supra nos parágrafos §) e §§) da alínea i) da cláusula 4ª, e a cada pedido de pagamento; ____

b) Verificação dos projetos no local, por amostragem, visando garantir a confirmação real do investimento. ____

2. De modo a acompanhar permanentemente a execução do presente protocolo, é designada a Coordenadora do Contrato Local de Segurança, [REDACTED] do Departamento de Desenvolvimento Social, como gestora deste Protocolo, nos termos do artigo 290º-A, do Código dos Contratos Públicos. ____

CLÁUSULA 7.ª

Vigência

Por acordo das partes, o presente contrato-programa produz efeitos à data da sua assinatura e termina a 31 de dezembro de 2025. ____

CLÁUSULA 8.ª

Cessação

1. A todo o tempo, qualquer dos outorgantes, poderá resolver o presente contrato-programa de colaboração se demonstrar, objetiva e fundamentadamente, que houve violação ou incumprimento do disposto no mesmo. ____

2. O incumprimento culposo das obrigações assumidas pelo Segundo Outorgante no âmbito do presente contrato programa constitui motivo para a resolução imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante, implicando a devolução dos montantes já recebidos e o não pagamento das prestações vincendas. ____
3. Considera-se incumprimento culposo, nomeadamente, o desvio à prossecução do objeto do presente contrato-programa e a não afetação dos montantes atribuídos aos fins a que se destinam. ____
4. Para os efeitos previstos no número um, a resolução deverá ser notificada por carta registada com aviso de receção, onde constem os factos que a parte não faltosa considerou causa da mesma, concedendo-se o prazo de trinta dias úteis para fazer cessar essa causa, sob pena de efetiva resolução. ____
5. O presente contrato-programa poderá igualmente ser denunciado, por escrito, por qualquer uma das partes com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias relativamente ao termo do prazo, desde que da mesma não decorra a suspensão ou inviabilização das atividades em curso. ____
6. O presente contrato-programa poderá ainda cessar, a todo o tempo, se os outorgantes, por exclusivo e de comum acordo, o decidirem expressamente, ou se vierem a alterar as condições em que se baseou a sua celebração. ____
7. Em caso de não devolução dos montantes recebidos nos termos do nº 2 o Primeiro Outorgante reserva-se o direito de deduzir os mesmos de eventuais créditos futuros a conceder ao Segundo Outorgante. ____
8. Constituem fundamentos suscetíveis de determinar a redução do apoio ou a cessação do contrato programa:
- a) A não entrega dos documentos previstos para a realização de pagamentos: ____
 - b) O incumprimento das obrigações; ____
 - c) A não justificação da aplicação das ações referidas na cláusula 1ª ou a imputação de despesas não relacionadas com a execução do projeto; ____
 - d) O incumprimento das normas relativas a informação e publicidade; ____
 - e) O desrespeito pelo disposto na legislação europeia e nacional aplicável, nomeadamente em matéria de contratação pública; ____

- f) Não consecução dos objetivos essenciais previstos no Plano de Ação da Operação Integrada Local de Carnaxide-Queijas, nos termos constantes da decisão de aprovação e respetivo Termo de Aceitação;____
- g) A existência de alterações aos elementos determinantes da decisão de aprovação que ponham em causa o mérito do projeto ou a sua razoabilidade financeira;____
- h) A prestação de falsas declarações sobre a realização do projeto ou sobre os custos incorridos, que afetem, de modo substancial, a justificação dos apoios recebidos ou a receber.____

CLÁUSULA 9.ª

Situações Omissas e dúvidas de interpretação

1. As situações omissas resultantes do presente contrato-programa, bem como as dúvidas de interpretação, serão resolvidas por acordo entre as partes, ficando a constar de documento anexo escrito anexo a este contrato-programa.____
2. A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato-programa, aplicam-se subsidiariamente as disposições previstas no respetivo enquadramento legal. ____
3. O presente contrato-programa rege-se pela lei portuguesa e a resolução de todos os litígios dele decorrente é da competência de tribunais administrativos. ____

CLÁUSULA 10.ª

Confidencialidade e proteção de dados

1. Todos os dados pessoais serão processados de acordo com o Regulamento (UE) n.º 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais (RGPD) e com a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que procede à sua execução.____

2. As partes obrigam-se a guardar sigilo sobre todas as informações a que venham a ter conhecimento ou acesso, seja de que forma for, em virtude da colaboração estabelecida ou que venha a ser desenvolvida na execução do presente contrato-programa, não a podendo utilizar em seu próprio benefício, revelar, ceder, partilhar ou permitir a sua duplicação, uso ou divulgação, no todo ou em parte, a terceiros. ____
3. Com a celebração do presente contrato-programa as partes vinculam-se, recíproca e conjuntamente, a cumprir as disposições legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados. ____

CLÁUSULA 11.^a

Comunicações

Todas as comunicações e notificações entre os outorgantes, relativas ao presente contrato-programa ou em conexão com ele, para serem válidas, terão de ser efetuadas por escrito e dirigidas para os respetivos domicílios, constante da identificação das partes do presente contrato-programa, salvo se qualquer dos outorgantes tiver comunicado por escrito a alteração de domicílio, em caso em que será este que conta. ____

CLÁUSULA 12.^a

Anexo

É anexa a este contrato-programa a Ficha de Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar, aprovada pela AML, para a OIL de Carnaxide-Queijas, no âmbito da candidatura para a Linha de Financiamento RE-C03-i06.02 – Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa. ____

E para constar se lavrou o presente contrato-programa, que vai ser assinado por ambos os outorgantes, perante mim, [REDACTED] na qualidade de Oficial Pública, nomeada por despacho n.º 57/2023 do Presidente da Câmara Municipal, de 11 de abril, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o fiz escrever e também assino. _____

Oeiras, 28 de novembro de 2025. _____

Pelo Primeiro Outorgante

[REDACTED]
Francisco Rocha Gonçalves

Pelo Segundo Outorgante

[REDACTED]
José Fernandes

A Oficial Pública

[REDACTED]
Diogo Fernandes
[REDACTED]

PROJETO **Projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar com Comunidades Ciganas****ENQUADRAMENTO NO PMACD-AML**

Eixo	Social	Tipologia Ação/Medida	Promover a inclusão social destas comunidades, nomeadamente através de projetos de combate ao insucesso e abandono escolares
-------------	--------	------------------------------	--

DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Promotor	Câmara Municipal de Oeiras	Parceiros	Techari – Associação Nacional e Internacional Cigana
-----------------	----------------------------	------------------	--

Descrição

Sabendo que o combate ao absentismo e insucesso escolares das crianças e jovens das comunidades ciganas é uma prioridade nestes contextos, e que a intervenção precoce é uma das formas mais eficazes de, a médio e longo prazo, obter resultados de mudança social, considera-se pertinente o desenvolvimento de um projeto desta índole, em que a premissa é fomentar uma relação mais positiva entre a tríade comunidade escolar – educandos – famílias, particularmente das comunidades ciganas.

Neste sentido, o projeto de Mediação Intercultural em contexto escolar, com mediadores/facilitadores pertencentes às comunidades ciganas, surge como uma possível solução para as necessidades identificadas, quer pelos resultados da avaliação do CLS de Oeiras, quer pelo Agrupamento de Escolas e pela Rede de Parceiros do território de Carnaxide.

A escola pode e deve constituir-se como um importante interface cultural entre as diversas comunidades, assumir-se como espaço de pertença das crianças e das suas famílias, respeitando e alargando as suas expectativas, como fator de sucesso, na medida em que os processos de escolarização interferem com os modos de acesso ao emprego e formação, contribuindo, assim para quebrar ciclos de vulnerabilidade social, ao fomentar, de forma efetiva e sustentável, a igualdade de oportunidades. Por outro lado, e concorrendo também para este paradigma de mudança, entende-se que o trabalho desenvolvido com os encarregados de educação possa produzir efeitos de mudança de comportamentos e atitudes nas gerações mais novas.

Programa de atividades

- Sensibilização e prevenção junto dos alunos do 1º, 2º e 3º ciclo, de duas escolas do Agrupamento de Escolas Carnaxide-Portela – Escola Amélia Vieira Luís e Escola Sophia de Mello Breyner;
- Acompanhamento de crianças/jovens durante o horário letivo nos recreios, hora de almoço e em contexto de sala de aula, quando necessário, procurando solucionar situações de conflito;
- Valorização da Escola com especial enfoque junto dos alunos das comunidades ciganas, bem como das suas famílias, reduzindo o nº de faltas de presença e faltas disciplinares;
- Promoção de atividades de partilha da cultura cigana.

Objetivos a alcançar

- Promover a importância e valorização da escola para a vida ativa das crianças, bem como para a sua inclusão no mercado de trabalho;
- Favorecer a integração de crianças das comunidades ciganas na escola;
- Facilitar a relação família-escola e contribuir para a melhoria da mesma.
- Diminuir as taxas de absentismo e abandono escolares;
- Acompanhar as crianças durante o período letivo, dentro do recinto escolar, inclusivamente, procurar solucionar situações de conflito;

- Promover atividades que correspondam aos interesses das comunidades ciganas, estimulando a sua participação nas mesmas;
- Criar e divulgar modelos e expectativas positivas, com enfoque na representatividade junto das crianças e jovens da comunidade cigana, nomeadamente face à escola, através da divulgação de casos de sucesso.

Grupo desfavorecido alvo

Comunidade escolar das Escolas do 1º, 2º e 3º Ciclos do Agrupamento de Escolas de Carnaxide-Portela – Escola Básica Amélia Vieira Luís e Escola Básica Sophia de Mello Breyner

Território alvo

Globalidade da Freguesia	X	Bairro(s)	Empreendimentos de Habitação Municipal de Carnaxide
--------------------------	---	-----------	---

INDICADORES

Indicador de realização

#	Indicador	Meta
1	Nº de ações de sensibilização para a Cultura Cigana	4
2	Nº de reuniões realizadas com a comunidade escolar	2 por período
3	Nº de crianças e jovens com intervenção direta	104
4	Nº de famílias abrangidas pela intervenção	75% das famílias de alunos das comunidades ciganas

Indicador de resultado

#	Indicador	Meta
1	Taxa de absentismo escolar entre as crianças e jovens das comunidades ciganas	Redução de 25%
2	Grau de satisfação da direção da escola e dos diretores de turma com a intervenção do Projeto	80%
3	Aumento da taxa de sucesso escolar entre crianças e jovens das comunidades ciganas	25%
4	Taxa de renovação de matrículas entre crianças e jovens das comunidades ciganas	90%

PLANEAMENTO FINANCEIRO E TEMPORAL

	2025	2026	Total
Ações Sensibilização e Prevenção	13 800,00€	21 000,00€	34 800,00€

Sustentabilidade

Condições de sustentabilidade futura

Continuando a verificar-se a necessidade e a mais-valia do projeto na prossecução dos objetivos, o Município de Oeiras assegura as condições necessárias à sua continuidade.